

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Pós-graduação no nível especialização em Gramática e Ensino:
tradição gramatical e abordagens contemporâneas

Solaine Maria da Costa

AS CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS COM TER E HAVER NA FALA E NA ESCRITA
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Belo Horizonte

2020

Solaine Maria da Costa

**AS CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS COM TER E HAVER NA FALA E NA
ESCRITADO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Versão final

Trabalho monográfico submetido ao Curso de Especialização em Gramática da Faculdade Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Mayara Nicolau de Paula

Belo Horizonte

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Wesley Rodrigo Fernandes (CRB6 - 2214) da FALE/UFMG

R387c Costa, Solaine Maria da.
As construções existenciais com ter e haver na fala e na escrita do português brasileiro [recurso eletrônico] / Solaine Maria da Costa. – 2020.
1 recurso online (40 f. : graf., il., color.) : pdf.

Orientadora: Mayara Nicolau de Paula.
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Tradição Gramatical e Abordagens Contemporâneas da Faculdade de Letras da UFMG.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Referências: f. 38-39.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa – Variação. 3. Língua portuguesa – Escrita. 4. Língua portuguesa – Português falado – Brasil. I. Paula, Mayara Nicolau de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.07



Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e
Abordagens Contemporâneas

FOLHA DE APROVAÇÃO

Solaine Maria da Costa

As construções existenciais com ter e haver na fala e na escrita do português brasileiro

Monografia submetida à banca examinadora designada pelo colegiado do curso de especialização em Gramática e Ensino: tradição gramatical e abordagens contemporâneas, como requisito para obtenção do grau de especialista em ensino de língua portuguesa, área de concentração Gramática e Ensino: tradição gramatical e abordagens contemporâneas, aprovada em 06/07/2020, pela banca constituída pelos membros, Lorenzo Teixeira Vitral e Janaína M. Rocha Carvalho.

Orientadora,

Mayara Nicolau de Paula - Doutora, UFMG

Belo Horizonte, 13/03/2023.

Prof. Dr. Lorenzo Vitral
Coordenador do Curso de
Especialização em Gramática da
Língua Portuguesa: Reflexão e Ensino
Faculdade de Letras/UFMG

Lorenzo Teixeira Vitral
Coordenação



Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e
Abordagens Contemporâneas

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do aluno: Solaine Maria da Costa

Às 15:00 horas do dia 6 de julho de 2020, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e Abordagens Contemporâneas para julgar, em exame final, o trabalho intitulado As Construções Existenciais com Ter e Haver na fala e na escrita do português brasileiro, requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Gramática e Ensino. Abrindo a sessão, a banca, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passaram a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

O(A) Prof(a). Lorenzo Vitral indicou a aprovação do candidato;

O(A) Prof(a). Janayna Carvalho indicou a aprovação do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado aprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2020.

Lorenzo Teixeira Vitral

Janayna M. Rocha Carvalho





Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Tradicional e
Abordagens Contemporâneas

DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNO(A): Solaine Maria da Costa
TÍTULO DO TRABALHO: As construções existenciais com ter e haver na fala e na escrita do português Brasileiro
DATA DA DEFESA: 06/07/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr.(a). Lorenzo Vitral

Prof(a). Dr.(a). Janayna Carvalho

MATRIZ AVALIATIVA

10 pontos para cada um dos itens	
1. Coerência entre objetivos e conteúdo.	6,5
2. Relevância do material para o público alvo.	6,5
3. Qualidade do conteúdo.	6,5
4. Qualidade do manual do professor.	6,5
5. Organização do material e atratividade do layout.	6,5
6. Clareza das instruções.	6,5
7. Correção linguística do próprio material didático e dos textos que o acompanham.	6,5
8. Indicação das fontes.	6,5
9. Usabilidade.	6,5
10. Interatividade e feedback ao usuário.	6,5
TOTAL	65

RESULTADO:

(x) Aprovado

() Reprovado

Belo Horizonte, 06 de julho de 2020

Lorenzo Teixeira Vitral

Janayna M. Rocha Carvalho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, e por, sempre estar comigo. Ao corpo docente do curso de especialização, por todos os ensinamentos, em especial, a minha orientadora Mayara Nicolau de Paula, que dedicou seu tempo a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

Agradecimento especial à minha amada filha Ana Júlia pelo apoio e compreensão, e a minha amiga Cláudia Helena pelo incentivo e por sempre acreditar em mim.

E enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, de forma direta ou indireta, fica registrado o meu muito obrigada!

Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes.

Martin Luther King

RESUMO

Este trabalho foi realizado com embasamento teórico em pesquisas já realizadas sobre a sobreposição do verbo *Ter* sobre o verbo *Haver* na escrita e na fala do Português Brasileiro. Partindo do pressuposto de que há diferenças linguísticas entre as normas estabelecidas pela gramática normativa e os reais usos da língua, o objetivo é mostrar, por meio de exemplos e estudos já comprovados, que o verbo *ter*, com sentido de existir, não deveria ser classificado como uma linguagem coloquial, uma vez que a construção é empregada por todos os falantes em nível nacional, sejam eles desconhecedores da norma padrão, ou intelectuais.

Palavras-chave: Ter, Haver, Variação Linguística, Língua escrita, livros didáticos.

ABSTRACT

This work was carried out with a theoretical basis in research already carried out on the overlapping of the verb *Ter* over the verb *Haver* in writing and speaking in Brazilian Portuguese. Based on the assumption that there are linguistic differences between the norms established by normative grammar and the actual use of the language, the objective is to show, through proven examples and studies, that the verb *to have*, with the meaning of existing, should not be classified as a colloquial language, since the construction is used by all speakers at the national level, whether they are ignorant of the standard norm, or intellectuals.

Keywords: *Ter*, *Haver*, Linguistic Variation, Written language, textbooks.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Variação de ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita..	23
Figura 2 - Recorte de publicação no Instagram.....	32
Figura 3 - Tira 2 - Níquel Náusea (Fernando Gonsales)	35
Figura 4 - Fragmento de livro didático.....	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

SVO Sujeito Verbo Objeto

PE Português Europeu

PB Português Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS COM TER E HAVER NA FALA E NA ESCRITA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	15
2.1 A representação do sujeito no português brasileiro.....	16
3. A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	19
3.1 A História da Língua Portuguesa no Brasil e a superposição do verbo Ter	20
4. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	24
5. A GRAMÁTICA.....	27
5.1 Gramática Normativa	27
5.2 Gramática Descritiva	28
5.3 Gramática Internalizada	29
6. O USO DO TER EXISTENCIAL EM POEMAS, NOTÍCIAS DE JORNAIS, MÚSICAS, TEXTOS PUBLICITÁRIOS E NO MEIO ACADÊMICO.	31
7. LIVRO DIDÁTICO: A DESCRIÇÃO DO USO DOS VERBOS TER E HAVER.....	34
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, aborda-se o emprego do verbo *ter* no lugar de *haver* em contextos existenciais no português brasileiro. A língua Portuguesa é anacrônica, fala-se de um jeito e escreve de outro, como afirmaram vários escritores da primeira fase modernista. Estudos mostram que o verbo *ter* é usado na fala cujo sujeito torna-se inexistente (tem muito papel na mesa) enquanto o verbo *haver* é utilizado mais na escrita. Pode-se observar isso nos exemplos retirados de um jornal de circulação nacional, Folha de São Paulo, quinta-feira, 22 de agosto de 2019, ano 99, nº 33.013:

- (1) Página 1. “Sem evidências, presidente relaciona queimadas a ONGs, Jair Bolsonaro (PSL) classificou como criminosa a série de queimadas pelo país e disse, sem apresentar provas, que entidades de proteção ambiental podem estar envolvidas nos incêndios ilegais. Declarou, também, sem nominar, que **há** governadores na região Norte coniventes com os atos.”
- (2) Página 6, “Lava Jato mira desafetos de Marcelo Odebrecht suspeitos de propina ao PT. Segundo o defensor, como os fatos investigados são de 2010, não **haveria** motivo para quase dez anos, se implantar a medida cautelar”.

O objetivo deste trabalho é mostrar, com base em estudos já realizados, que os verbos *ter* e *haver* com sentido de existir são abordados tanto na gramática normativa, como também em estudos de variação da Língua Portuguesa.

De acordo com a BNCC, deve-se ensinar, na escola, a Língua Portuguesa culta, no entanto, o ensino torna-se incoerente a partir do momento em que se ensina construções sintáticas do verbo *ter* como Verbo Transitivo Direto que exige um sujeito que o comande. Os alunos trazem em suas falas o *ter* com sentido de existir em construções de oração sem sujeito, portanto independente da classe social e do grau de escolaridade, pratica-se o emprego dessa construção do verbo *ter* com sentido de existir.

A gramática normativa traz o verbo *haver* com sentido de existir, como verbo impessoal. Porém, o verbo *ter*, no sentido de existir, é usado mais na fala.

O objetivo é mostrar que há uma distância entre as perspectivas normativas e o uso real da língua, e, que estudos sociolinguísticos também abordam, assim, como a gramática normativa, a descrição de *ter* e *haver* em construções existenciais mostra que a superposição de *ter* sobre *haver* acontece tanto na língua falada quanto na língua escrita.

Isso norteia esta pesquisa que aborda os verbos *ter* e *haver* os quais ocorrem em predicções monoargumentais sem sujeito e seguidos de um objeto direto. Martins e Callou (2003, p.820) afirmam que as estruturas existenciais com *ter* e *haver* ocorrem, obrigatoriamente, com um constituinte interpretado como objeto direto, mas, em princípio, não com um sujeito constituinte.

Também são abordados, no capítulo II, a história da língua portuguesa e a superposição do verbo *ter* sobre o *haver* em sua evolução diacrônica, além das variações linguísticas, os conceitos de gramáticas normativa, descritiva e internalizada, a diferença entre elas e suas contribuições para a língua, e o que essas gramáticas trazem sobre o uso do *ter* e do *haver* em construções existenciais no português brasileiro.

Dessa forma, para o ensino da Língua Portuguesa, faz-se necessário que professores de língua materna busquem uma prática reflexiva sobre os usos da língua padrão e a coloquial, e que abordem em suas aulas a diversidade linguística, sem abandonar o ensino da norma culta, mas que proporcione aos discentes uma reflexão sobre a língua.

Conforme a BNCC, capítulo 4.1.1, página 80, o ensino da Língua Portuguesa deve ampliar a capacidade do aluno de usar a língua em práticas de leitura ou de escrita, conforme o contexto. Dessa forma, o uso do *ter* no lugar de *haver* na língua falada não é inadequado, pois a forma como a fala e a escrita articula-se em diferentes gêneros e práticas de linguagem, as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos socio-discursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade, sempre, são relacionados com os gêneros em questão.

2. AS CONSTRUÇÕES EXISTENCIAIS COM TER E HAVER NA FALA E NA ESCRITA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A variação que há entre os verbos *ter* e *haver* com sentido de existir, no Português Brasileiro, é considerada por alguns gramáticos como uma inadequação da norma padrão. Para Cegalla (2008), Cunha e Cintra (2008) e Rocha Lima (1999), Napoleão Mendes de Almeida (2000), as construções existenciais com o verbo *haver* devem estar na 3ª pessoa do singular, uma vez que, este verbo é impessoal e tem como complemento o objeto direto.

Exemplos:

- (3) Há pessoas que se dedicam a obras sociais.
- (4) Havia belas cachoeiras e frondosas árvores naquela região.

Vitório (2010) mostra que o verbo *ter* é predominante sobre o *haver* até determinado grau de instrução, pois, à medida que os alunos avançam na escolaridade, o ensino da adequação do emprego desse verbo deveria ser recorrente das últimas séries do ensino fundamental à conclusão do ensino médio, para que o aluno saiba distinguir o uso desse verbo do verbo *haver*. Ela ressalta que os alunos do ensino fundamental apresentam certa tendência a utilizar *ter* existencial, o que não ocorre no ensino médio, em que os alunos tendem a utilizar o verbo *haver* como existencial, de forma que, o acesso às regras gramaticais é determinante na escolha das variantes de *ter* e *haver*. Nota-se, também, que nas escritas acadêmicas há uma recuperação de formas ausentes do processo natural da linguagem.

Avelar (2005), também explica que a variação dos verbos *ter* e *haver* existenciais é condicionada à faixa etária e ao nível de escolarização do falante, bem como ao gênero textual em que a oração é realizada, tanto na língua escrita ou falada. O autor afirma que os índices de uso de *ter* existencial na língua escrita refletem uma reprodução de elementos da oralidade na escrita, e que o verbo *haver* é adquirido durante o processo de escolarização, pois é, nesse momento, que o aluno entra em contato com a língua escrita, e é desencadeada pela 'alimentação' da chamada

gramática periférica pelo processo de escolarização em oposição à gramática nuclear que é constituída no processo natural de aquisição da linguagem cujos princípios maturam até a idade de cinco ou seis anos. (cf.entre outros Borer & Wexler, 1987).

Quando a criança chega à escola, ela traz consigo uma gramática internalizada que deverá ser considerada como conhecimento linguístico, pois ela encontrará uma variedade linguística que fará parte de sua trajetória escolar.

Faz-se necessário que os discentes da área de linguagem considerem a língua que os alunos falam no dia a dia, para que a aquisição da norma culta, baseada na gramática normativa, seja aprendida de uma forma mais efetiva e sem dificuldades.

Sabe-se que, mesmo com a escolarização, os professores tendem a utilizar construções existenciais com o verbo *ter* no lugar de *haver*, e estudos como de CALLOU (2007) mostram que essa variação ocorre devido a não internalização das regras da gramática normativa para o uso adequado da norma padrão. Ver exemplos:

- (5) Tenho falado muito de você! (uso adequado, junção a uma forma nominal de outro verbo, construção da voz passiva)
- (6) Maria tinha chegado naquele momento. (uso inadequado, uma vez que a construção seria com o verbo *haver*, e não com o *ter* no sentido de existir).

Porém Cunha e Cintra (2001:131) mostram seu uso na linguagem coloquial e o seu emprego como impessoal à semelhança de *haver*, citando escritores como Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. Ver exemplos:

- (7) Hoje tem festa no brejo! (C.D. de Andrade)
- (8) Tem um processo seguro... (M. Bandeira)

2.1 A representação do sujeito no português brasileiro

Outro ponto a ser analisado são as mudanças relativas à posição de sujeito e sua representação no português brasileiro. Estudos linguísticos explicam que o uso do *ter* em construções existenciais está relacionado com a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo no português brasileiro, o que teria acarretado uma mudança de *haver* para verbo existencial substantivo, passando *ter* a ser o existencial canônico, o que

favorece sua implementação em construções existenciais com *ter* pessoal. (AVELAR, 2006); (CALLOU, 2007).

Segundo Avelar (2006), a preferência pelas orações com o verbo *ter* sobre o *haver* e *existir*, é devido à remarcação do parâmetro do Sujeito Nulo. Nesse contexto, usam-se apenas os verbos impessoais.

No entanto, conforme (COELHO, 2000), entre os efeitos colaterais da mudança na marcação paramétrica, também, pode-se citar a perda da “inversão livre” em sentenças apresentativas, havendo uma preferência pela ordem SVO e a tendência a preencher a posição pré-verbal em construções com verbos inacusativos e verbos impessoais (entre os quais verbos “climáticos” de, “alçamento” e “existenciais”). No caso dos verbos existenciais, temos o uso de *ter* pessoal sem que haja a atribuição de uma semântica possessiva à sentença. (DUARTE, 2003; AVELAR, 2009; AVELAR;CALLOU, 2011). Ver exemplos:

(9) Tem muito papel no lixo da sala.

VTD OD ADJ. ADV.

(10) No lixo da sala tem muito papel.

ADJ.ADV VTD O D

(11) Na sala tem muito papel no lixo.

ADJ.ADV VTD OD ADJ.ADV

(12) Muito papel tem no lixo da sala.

O D VTD ADJ.ADV

(13) Muito papel no lixo da sala tem.

O D ADJ.ADVO VTD

Nota-se, nessas frases, que as construções são coerentes com a língua falada, tanto que, no primeiro exemplo ocorre uma anástrofe e, nos demais, um hipérbato. Portanto esses exemplos não correspondem à norma padrão que é o paradigma no ensino da Língua Portuguesa nas escolas.

Avelar e Callou (2007) argumentam, também, que as construções possessivas, copulativas e existenciais já tiveram uma mesma estrutura sintática, o que permitiu a entrada do verbo *ter* em contextos existenciais.

Um fator importante que se pode constatar é que uma boa parte dos alunos sabe as regras ditadas pela gramática normativa com relação ao uso dos verbos *ter* e o *haver*, e são capazes de analisar a variação desses verbos em contextos oracionais, no entanto, eles não conseguem utilizá-los em contextos reais de uso, como nos exemplos abaixo:

(14) Há alunos no corredor. → oração sem sujeito

VTD OD ADJ. ADV.

(15) Tem alunos no corredor. → sujeito?

VTD OD AD. ADV.

(16) Há jazida de petróleo no sertão. → oração sem sujeito

VTD OD ADJ.ADV.

(17) Tem jazida de petróleo no sertão. → sujeito?

VTD OD ADJ.ADV.

Para os autores, nos exemplos (15) e (17) estão relacionados à remarcação sujeito nulo no Português Brasileiro, e isso impede o falante faça uma interpretação de posse em orações construídas com o *ter* pessoal.

Observa-se, no primeiro exemplo, que a frase está conforme a norma culta, uma vez que o verbo *haver* está no sentido existir, portanto a oração é sem sujeito.

Já, no segundo exemplo, o verbo *ter* é transitivo direto, logo ele exige um sujeito que o comande e “alunos” é objeto direto, por isso a frase é inadequada conforme a língua padrão. O terceiro exemplo está conforme a norma culta, porque o verbo *haver* foi empregado no sentido de existir, logo, a oração é sem sujeito. Já, no quarto exemplo, novamente, o verbo *ter* foi empregado sem sujeito, uma vez que, ele é transitivo direto e exige o objeto direto, portanto a frase está inadequada, ou seja, não está conforme a norma culta.

3. A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Neste capítulo, tratar-se-á, brevemente, da origem da Língua Portuguesa, e de sua formação que teve origem do Latim e a implementação, no Brasil, desde o período da colonização até o início do século XX com a chegada dos imigrantes.

O processo de implantação da Língua Portuguesa no Brasil é a modalidade superstrato, que ocorre, quando o vencedor impõe o idioma dele ao vencido; o que ocorreu no Brasil, já que os portugueses impuseram aos índios a sua língua. No que tange à origem da língua portuguesa, ela pertence aos grupos das línguas românicas. A Língua Portuguesa pertence ao grupo das línguas românicas, também chamadas de neolatinas e tem sua origem do latim, língua que era falada pelo povoromano, que se situava no estado da Península Itálica, o Lácio, pequeno distrito à margem do rio Tibre.

O Latim variava entre o Latim Clássico, e o Latim Vulgar que era usado pelo povo sem preocupações estilísticas em suas produções de fala e de da escrita. Usado como idioma oficial nas transações comerciais e nos atos oficiais, os romanos não impuseram apenas o Latim como idioma oficial, como também, seus costumes, o que contribuiu para que a Península Ibérica chegasse ao século V d.C. com todos os costumes de Roma, principalmente a língua de Roma, o Latim.

A Língua Portuguesa surgiu devido a conflitos e transformações político, históricas e geográficas dos povos que habitavam a península, e o Latim possui grande importância em seu processo de formação.

Antoine Meillet (apud MARTINS, 2004) afirma que durante seis a oito séculos de Império Romano, do século III a.C. ao século II d.C., ou até mesmo ao século V d.C., a língua latina conservou uma aparente fixidez, mas que não correspondia à sua situação linguística real.

3.1 A História da Língua Portuguesa no Brasil e a superposição do verbo *Ter* sobre o *Haver* na evolução da língua

Desde a produção das cartilhas pelos jesuítas, no processo de colonização do Brasil, o português lusitano, imposto aos povos indígenas, começa a sofrer modificações devido ao dialeto de cada etnia, logo se inicia a formação da Língua Portuguesa, no Brasil, com suas peculiaridades. Soma-se a isso, o processo de colonização, a vinda de escravos e a chegada dos imigrantes, principalmente, no início do século XX.

Essa variedade de língua e de cultura influenciou na base de construção do português brasileiro, o que se deu em detrimento dos interesses políticos e comerciais de Portugal, tanto que D. João VI proibiu o uso das línguas gerais (diz-se da língua falada no Brasil colonial como língua de contato entre índios, portugueses e seus descendentes), e decretou, como Língua oficial no Brasil, a Língua Portuguesa na Constituição de 1824.

Quatro momentos particulares marcaram a implantação do português no Brasil, que inicia-se em 1500 com a colonização e termina com a saída dos holandeses. Quando a família real chega ao Brasil, em 1808, ocorre o Segundo momento. Em 1822, termina o terceiro, com a independência do Brasil. Por fim, o quarto momento é marcado pela transformação da língua dos portugueses como a língua oficial brasileira. O Português Brasileiro surgiu dessas transformações, que trouxeram, uma identidade ao idioma e influenciou na construção da morfologia, sintaxe e na fonologia.

Observa-se que dentre essas mudanças, ocorre variação entre os verbos *haver* e *ter* em contextos oracionais, em que *haver* é encontrado, geralmente, na língua escrita do Português Brasileiro.

Segundo Vitorio (2010), observa-se a mudança de um verbo para o outro na fala dos indivíduos. Destarte, a linguística histórica é importante para a compreensão da mudança dos verbos *ter* e *haver*, uma vez que analisa os influenciadores que acarretaram essa mudança, na qual o uso do verbo *haver* para o verbo *ter* está condicionado a uma variação semântica. Exemplo disso a questão 130, caderno amarelo da prova oficial do Enem de 2012.

Enem 2012 – 130

A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à aplicação do domínio de ter na área semântica de “posse”, no final da fase arcaica.

Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter “existencial”, não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como “novidade” no século XVIII por Said Ali.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?

CALLOU, D. A propósito de *norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado*, In: *Cadernos de Letras da UFF, n.º 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).*

Para a autora, a substituição de “haver” por “ter” em diferentes contextos evidencia que:

- A) o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.
- B) os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.
- C) a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.
- D) a adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.
- E) os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

A alternativa correta dessa questão é a letra E “os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística”. Observa-se que um ensino baseado apenas na gramática normativa, sem considerar as variações da língua, pode-se tornar prejudicial, uma vez que as variações não são consideradas.

No latim clássico, o verbo *habere* aparecia em estruturas impessoais de sentido de existencial, que concorre com o verbo *ser*, já o verbo *tenere* era mais usado em construções de posse, no entanto ao chegar no português, o verbo *ter* enfraquece seu conteúdo semântico, e passa a atuar como verbo auxiliar. Uma estrutura existencial com esses dois verbos é formada pelo verbo principal mais objeto, por exemplo: “há/tem cinco cadeiras na sala”. (MACEDO, 2015).

CALLOU e AVELAR, no artigo publicado pela revista *Matraga Estudos Linguísticos e Literários* (2012), mostram que no português europeu, o verbo *ter* tem

a função de posse, e que no português brasileiro o verbo é interpretado como verbo existencial conforme os exemplos:

PE: 'Ele/Ela tem um documento dentro da carteira' PB: 'Há um documento dentro da carteira' c. Tem dois computadores no escritório. PE: 'Ele/Ela tem dois computadores no escritório' PB: 'Há dois computadores no escritório' (2) Ele tem várias calças dentro do armário. PE/PB: 'Ele/Ela tem diversas calças dentro do armário' (3) Há várias calças dentro do armário. PB/PE: 'Há diversas calças dentro do armário' (AVELAR, CALLOU, 2012, p. 225).

Observa-se que, no exemplo do Português Brasileiro, o verbo *ter* torna-se uma forma existencial na fala, já no Português Lusitano, os verbos *ter* e *haver* são usados como forma de posse. Dessa forma, o verbo *ter* sofre transformações em seu uso na gramática normativa, em que os sujeitos nulos foram perdendo espaço na língua. Diferentes disso, no português brasileiro, estes não são usados na construção de frases com o verbo *ter* na função de posse.

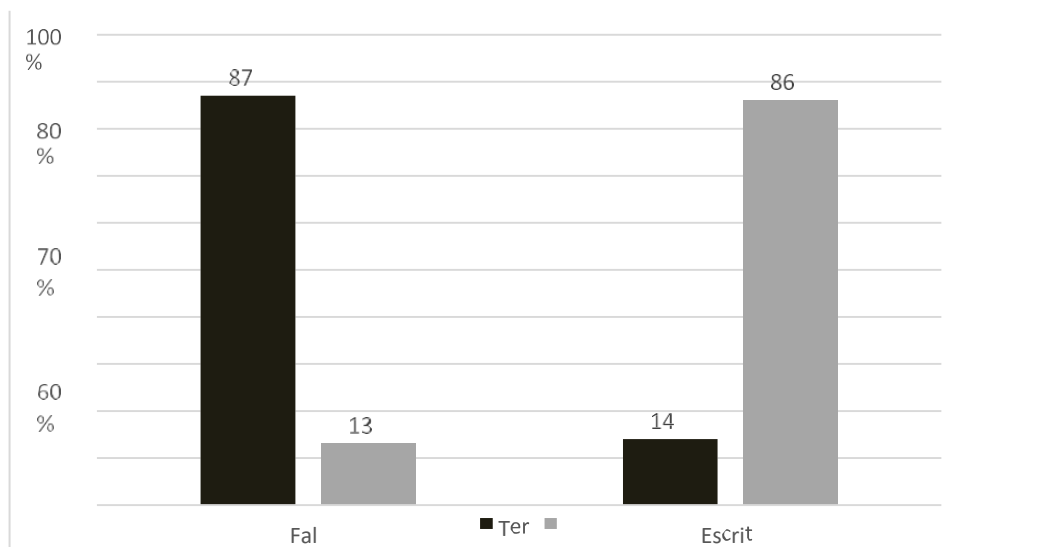
Para Callou e Avelar, não é possível saber o momento exato em que o verbo *ter* se sobrepôs sobre *haver*, porém, com o decorrer da evolução da língua, o verbo *ter* mostra-se cada vez mais sua sobreposição, fato que pode ser observado atualmente. Até em registros do século XVI, como em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, já se podia observar o *ter* existencial. (RIBEIRO, 1914 apud CALLOU, AVELLAR, 2002, p.52) Seguem exemplos:

- (18) "..... e assim caminha
Para a povoação que perto *tinha*." (Lus. V, 29)
- (19) "Que aqui gente de Cristo não *havia*" (Lus. I, 102)

De acordo com pesquisas realizadas que tratam da variação de *ter* e *haver* no português brasileiro (Callou e Avelar 2000, 2003, 2006, dentre outras) conclui-se que *ter* é usado mais na fala, enquanto o *haver* é o verbo preferencial na escrita formal, e que sua frequência na língua falada é baixa, mesmo quando se trata de falantes com alto nível de escolarização.

O gráfico abaixo representa a variação de *ter* e *haver* em construções existenciais na fala e na escrita no português brasileiro.

Figura 1 – Variação de ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita



Fonte: Callou e Avelar (2006 Matraga, 2012, p.226)

Nota-se que no português brasileiro, há uma frequência maior do verbo *haver* na escrita, mas que o verbo *ter* tem se sobressaído, principalmente, na fala, em que anteriormente a noção existencial era detida pelo verbo *haver*.

Para Vitório (2010), é possível observar a expansão do verbo *ter* para norma culta da língua, e que o verbo *haver* está em processo de mudança, uma vez que ainda é encontrado em construções existenciais, quando se trata de discurso no passado, mas que o verbo *ter* está muito presente na fala e que aos poucos tem tomado espaço na forma culta da Língua Portuguesa.

4. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Entende-se por variação linguística, o fenômeno que ocorre pela variedade histórica, geográfica, cultural e social de uma língua. Ela é um processo natural pelo qual duas formas podem ocorrer dentro do sistema linguístico.

William Labov considera que a língua é o instrumento que as pessoas usam para se comunicar com os outros na vida cotidiana, tanto que, na gramática internalizada, a concepção de erro não existe. Ele foi um dos principais autores que tratou sobre a variação linguística já em meados do século XX.

Assim como todo idioma, Língua Portuguesa é uma língua viva e está em constante evolução, ela não é um sistema fechado, mas possui muitas variações, e por isso possui diferentes nuances. A variação linguística abrange todos os níveis linguísticos como morfológico, fonológico, sintático e discursivo.

A língua tem a comunicação como seu fator principal, por isso é possível observar que os falantes façam adequações de acordo com os contextos linguísticos em que estão inseridos. Exemplo disso, observa-se as variações do português que é falado nas diferentes regiões do país, e essas variações justificam-se pela cultura e costumes de cada região, elas devem ser valorizadas, pois ajudam a enriquecer o idioma e dá a identidade às comunidades na qual se manifestam.

Essa variação começou a ser considerada com a proposta dos primeiros modernistas brasileiros que propuseram o rompimento com a língua padrão e adotaram a língua cotidiana em suas obras. Mário de Andrade, um dos principais modernistas, concretizou isso em sua obra *Macunaíma* cuja inovação foi a linguagem que reside na originalidade e na liberdade na fala de seus personagens como o emprego de coloquialismo.

(...) “a macumba se rezava lá no Mangue no zungu da tia Ciata. Às vinte horas Macunaíma chegou na biboca levando debaixo do braço o garrafão de pinga obrigatório. Já *tinha* muita gente lá, gente direita, gente pobre, advogados, garçons, pedreiros meia colheres deputados gatunos, todas essas gentes e a função ia principiando” (...) MACUNAÍMA, MÁRIO DE ANDRADE, LIVRARIA MARTINS EDITORA, 7ª EDIÇÃO, CAPÍTULO 7, PÁGINA 73.

No capítulo no capítulo IX “Carta Prás Icamias, o autor Mário de Andrade emprega um português erudito para criticar a herança do português lusitano e comprovar o anacronismo do nosso idioma, pois, em toda a narrativa, usa-se a linguagem popular cujo exercício tem o resultado irônico e satírico.

“As mui queridas súbditas, nossas, Senhoras Amazonas. Trinta de Maio de Mil Novecentos e Vinte e Seis, São Paulo. Senhoras: Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura desta missiva”. MACUNAÍMA, MÁRIO DE ANDRADE, LIVRARIA MARTINS EDITORA, 7ª EDIÇÃO, CAPÍTULO 7, PÁGINA 95.

Nesse excerto, o locutor explica a seu povo o neologismo “amazonas”.

“Muito nos pesou a nós, imperador vosso, tais dislates da erudição, porém eis de convir conosco que, assim ficais mais heroicas e mais conspícuas todas por esta platina respeitável de tradição e da pureza antiga”. MACUNAÍMA, MÁRIO DE ANDRADE, LIVRARIA MARTINS EDITORA, 7ª EDIÇÃO, CAPÍTULO 7, PÁGINA 95.

Nessa obra, escrita no início do Modernismo brasileiro, Mário de Andrade emprega ditados populares, expressões idiomáticas, músicas folclóricas e falares regionais para, através do anti-herói Macunaíma, mostrar o distanciamento entre a língua falada e a escrita no Brasil.

Quando se trata das variações como erro, incide-se no preconceito linguístico e não se valoriza as diferentes formas do emprego da Língua Portuguesa. Ademais se observa que falantes que dominam a variedade padrão do português do Brasil demonstram usos que confirmam a diferença entre a norma idealizada e a efetivamente praticada, mesmo por falantes mais escolarizados.

Em seu poema “Aula de Português”, Carlos Drummond faz uma referência metafórica à variante da língua portuguesa, quando explora o contraste entre a linguagem cotidiana e a da “ponta da língua” e a linguagem culta escrita “na superfície estrelada de letras”. Portanto, ele expressa o contraste entre situações formais e informais. Já no poema “No meio do caminho”, Carlos Drummond emprega o verbo

ter no sentido de existir, no entanto, no último verso do poema da obra “Claro Enigma”, ele troca o verbo *tinha* por *havia*:

[...]

“De tudo o quanto foi meu passo caprichoso
Na vida, restará, pois o resto se esfuma
Uma pedra que *havia* em meio do caminho”

Portanto, deve-se condicionar o caráter parnasiano, e não só de Camões, uma vez que, além de usar o soneto, forma clássica, ele também exalta a língua culta ao empregar o verbo *haver* no sentido de existir.

Usos como *ter* por *haver* em construções existenciais (*tem* muitos livros na estante), o do pronome objeto na posição de sujeito (para *mim* fazer o trabalho), a não-concordância das passivas com *se* (*aluga-se* casas) são indícios da existência, não de uma norma única, mas de uma pluralidade de normas, entendida, mais uma vez, norma como conjunto de hábitos linguísticos, sem implicar juízo de valor.(CALLOU, 2007).

5. A GRAMÁTICA

Quando se pensa em gramática, logo o que vem em mente são normas e regras, porém a língua tem muitas faces e ela é descrita pelos mais diferentes segmentos e teorias de estudos linguísticos.

Travaglia (2011, p. 9) diz que, em relação às descrições da gramática da língua, estas são praticadas pela sociedade de muitas formas, de acordo com a visão de mundo (ideologia) dos diversos grupos sociais no tempo e no espaço. Para ele, quando as explicitações das gramáticas são descritivas e normativas, a gramática torna-se não apenas um fato cujo ensino abrange vários outros aspectos como o social, ideológico.

Segundo Travaglia (2011), para que o usuário da língua tenha um desempenho linguístico satisfatório, faz-se necessário entender a gramática como o conjunto de conhecimentos linguísticos que cada um tem internalizado, e não apenas como teoria linguística. Portanto, seu ensino deve ser pertinente para a vida, pois quanto mais recursos e estratégias da língua o indivíduo dominar, melhor desempenho linguístico ele terá, o que vai influenciar em sua qualidade de vida.

5.1 Gramática Normativa

A gramática normativa é o conjunto de regras que regula o uso da língua em uma sociedade. De acordo com Franchi (1991: 48), citado por Travaglia (2009) “gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores” e “dizer que alguém sabe gramática, significa dizer que esse alguém conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”.

A gramática normativa tem como base os fatos da língua padrão, da norma culta que é oficial, e dá pouca importância à variedade oral, que é vista como idêntica à escrita. Ela considera apenas uma variedade da língua válida e verdadeira. (TRAVAGLIA 2009).

No entanto, é importante separar as descrições que se faz da norma culta da língua, que é apenas uma gramática descritiva, de quando elas se transformam em regras de gramática normativa e é dito que só podem ser usadas e aparecer naquela forma como neste exemplo:

“Me envie uma sugestão de como devo me comportar em sala de aula.”

Nota-se que, de acordo com a gramática normativa, isso se caracteriza como um barbarismo. No entanto, conforme, a gramática descritiva, não há inadequação nesse contexto.

5.2 Gramática Descritiva

Quando o objetivo é mostrar como a linguagem e língua funcionam, tem-se a gramática descritiva, que trabalha com qualquer variedade da língua e não somente com as regras de variedade da norma padrão, e dá preferência para a forma oral da língua.

A gramática descritiva é a que descreve e registra um sistema linguístico em todos os seus aspectos, fonético fonológico, morfossintático e léxico. Ela apresenta conceitos reformulados e analisa os fatos da língua e seus possíveis questionamentos.

Segundo Travaglia (2009), a gramática descritiva não apenas trabalha com a variedade culta da língua, mas também analisa todas as suas variedades.

O objeto da gramática descritiva é sistematizar e registrar como se usa a língua realmente, e não de recomendar o que se deve ou não dizer.

De acordo com Possenti (1996, p.75), “ para a gramática descritiva, nenhum dado é desqualificado como não pertencendo à língua, ou seja, em princípio, nenhuma expressão é encarada como erro, o que equivale, num outro domínio, à normalidade.”.

Para ele, a gramática descritiva norteia o trabalho dos linguistas que procuram “descrever e/ou explicar as línguas como elas são faladas”.

Percebe-se que a gramática descritiva não se preocupa com os erros, mas sim, em constatar que essas formas existem e são utilizadas por diferentes grupos sociais em diferentes situações.

Sabe-se que, dentro dos conceitos das gramáticas, a normativa, é entendida como uma espécie de lei que regula o uso da língua em uma sociedade, portanto no que diz respeito ao comportamento variável dos verbos *ter* e *haver* com sentido de existir, essa variação é uma incorreção conforme a língua padrão, e que o adequado,

na acepção de existir, o verbo *haver* é o padrão de referência de uso. Nota-se que a maioria dos autores faz referência apenas ao verbo *haver* como impessoal, portanto, as construções existenciais com verbo *ter* não são relatadas.

No entanto, a gramática descritiva traz o uso real da língua e não considera como erro a sobreposição de *ter* por *haver*, e que o verbo *ter* existencial faz parte do processo natural de aquisição de linguagem, e que “*ter*”, tanto na língua falada quanto na língua escrita, ocorre em construções existenciais e que a sua sobreposição sobre *haver* encontra-se em estágio avançado, dependendo, da escolarização e da origem social do falante.

5.3 Gramática Internalizada

Entende-se por gramática internalizada todo o conhecimento que adquirimos de forma natural desde à infância, e ela não é ensinada de forma convencional como gramática normativa.

Todo falante, antes mesmo da escolarização, domina um conjunto de regras para que as construções das frases tenham sequência e sentido, ou seja, o domínio da língua começa a partir desse conhecimento que cada pessoa adquire para se comunicar.

Essa gramática é particular a cada falante da língua, e ela não é aprendida na escola e sim na convivência social. Pode-se afirmar que todo falante, mesmo sem um aprendizado metódico da Língua Portuguesa possui conhecimento gramatical, e todos sabem qual ordem em que os termos sintáticos são utilizados dentro de uma frase para que ela seja compreensível. Ninguém faz construções como: “menino o” “à escola fui ontem eu” Mesmo antes de ir à escola, essas estruturas gramaticais não possuem clareza.

Sabe-se que a gramática internalizada está relacionada ao significado e sentido das palavras na construção das frases, e que a relação que há entre o conjunto de palavras de uma língua e a criação e modificação dos sentidos é o que vai formar frases que tenham sentido. Todos esse elementos aprendemos a falar e organizar desde criança.

Para Travaglia (2009), a gramática internalizada também pode ser classificada como competência lingüística internalizada do falante, uma vez que suas regras são dominadas pelos falantes, e estes a usam de forma natural de acordo com interação comunicativa na qual está inserido. Outro ponto destacado pelo autor é que essa gramática é o ponto de partida para o estudo de outras gramáticas, em especial a descritiva.

6. O USO DO TER EXISTENCIAL EM POEMAS, NOTÍCIAS DE JORNAIS, MÚSICAS, TEXTOS PUBLICITÁRIOS E NO MEIO ACADÊMICO.

Há uma dicotomia no que tange ao uso da língua escrita – formal – e língua falada – informal, e, considerando as nuances entre elas, a linguagem coloquial, muitas vezes, prevalece na escrita porque ela é a do dia a dia, a falada pela maioria dos brasileiros. Além disso, na maioria dos textos literários brasileiros, emprega-se a linguagem conotativa, que tem significação ampla cujos sentidos extrapolam o sentido comum e cuja estrutura não obedece à Gramática tradicional (GT).

Isso explica o uso de estruturas e palavras como o verbo “ter”, que é empregado como sinônimo de “haver”, no sentido de “existir”, próprias do uso brasileiro, em livros, jornais, revistas, poemas, músicas, anúncios e outros gêneros textuais.

Carlos Drummond de Andrade demonstrou uma inadequação do verbo “ter” no sentido de existir em seu poema “No meio do Caminho”, em que ele escreveu “tinha uma pedra no meio do caminho”. Devido à licença poética, que é uma espécie de autorização aos poetas e compositores. Por isso, nesse contexto, o emprego da forma verbal “tinha” não pode ser considerado uma inadequação.

O uso preferencial por ter existencial é encontrado nas mídias, jornais, músicas e na escrita acadêmica, em que se requer uma escrita mais formal da linguagem. Observa-se, nos textos abaixo, de jornais de circulação nacional o uso do *ter* sobre *haver* em construções existenciais.

- (20) “Tem uma pesquisa que mostra que sequer 10% dos pais ou mães de estudantes do Prouni chegaram a concluir o ensino superior.” (CAROS AMIGOS, p.21).
- (21) “Teve estados que explodiram em violência em uma década.” (ESTADODE MINAS, p.9). “O novo ministro das Relações Institucionais tem de ser do PT, mas não tem ninguém do partido à altura.” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, A2).
- (22) “Serra começou o ano em campanha, mas não admite ser candidato à Presidência. “Fico muito contente de estar bem nas pesquisas nacionais, mas entre isso e a candidatura tem uma distância grande. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Embora, os locutores tenham o grau de escolaridade elevado, eles empregam formas da língua falada. Assim, comprova-se que o uso do *ter* em detrimento do *haver* é comum a todos, mesmo onde a norma culta deve ser predominante.

Em músicas, o uso verbo *ter* sobre o *haver*, apesar da linguagem desses gêneros ser conotativa cujos autores têm a liberdade poética, não pode ser considerado um problema. Muitas vezes essa variação ocorre para que haja uma harmonia entre a letra e a rima conforme os exemplos abaixo:

(23) **Quem Pegou, pegou**

Henrique e Juliano

Quem pegou, pegou, pegou, não pega mais

Quem beijou, beijou, beijou, não beija mais

Tem um amor de balada virando amor da minha vida

Quem diria ([LyricFind](#))

(24) **Roda Viva**

Chico Buarque

Tem dias que a gente se sente

Como quem partiu ou morreu

A gente estancou de repente.

Outro exemplo que se pode observar é esta foto de uma placa que fica no aeroporto internacional Confins de Belo Horizonte em que o verbo *ter* foi usado no lugar de *haver*, em desacordo com a gramática normativa.

(25) Figura 2 – Recorte de publicação no Instagram



Fonte: Instagram @cintiachagass

Embora os transeuntes, deduz-se que tenham maior escolaridade, do local, em que essa placa foi afixada, percebe-se que o locutor do anúncio pode ter tido a intenção de atingir o público em geral.

7. LIVRO DIDÁTICO: A DESCRIÇÃO DO USO DOS VERBOS TER E HAVER

A análise da descrição do uso dos verbos *ter* e *haver* retirado da coleção Bernoulli Sistema de Ensino, e da coleção “Singular & Plural das autoras Laura de Figueredo; Marisa Balthasar e Shirley Goulart, adotados tanto na rede particular como na pública.

Na apostila do 1º do ensino médio, volume III, do Bernoulli, no capítulo II, p.128 o estudo do verbo e seção, “Classificação dos verbos ter e haver são abordados como auxiliares na formação de tempos compostos e locuções verbais para indicar valores modais e aspectuais. Dessa forma o *ter* e o *haver* fazem parte do emprego do particípio regular. Exemplo: *O porteiro já tinha saído/havia saído quando procuramos por ele.* Já na apostila de Língua Portuguesa do 2º do ensino médio, volume III, a abordagem é feita no capítulo de concordância verbal, na seção Casos de Concordância” da seguinte forma: “verbos impessoais (haver, fazer chover, etc.) - verbo haver na 3º pessoa do singular- *Há anos não a vejo. / Ainda há pessoas na sala.*”

Na coleção “Singular & Plural”, leitura, produção e estudos, 2.ed, da Editora Moderna, 7º ano, no caderno de estudos de Língua e Linguagem, unidade 2, capítulo I “ Verbos: emprego e sentido dos tempos e modos verbais” os verbos *ter* e *haver* também são mencionados na formação do particípio e das locuções verbais da seguinte forma: “ O particípio transmite a ideia de ação acabada e pode ser usado de duas maneiras: em locução verbal, acompanhado de *ter*, *haver*, *ser*, *estar* e outros verbos auxiliares: *Não deveria ter revelado meu segredo.* Há também uma explicação sobre os verbos abundantes e traz os verbos *ter* e *haver* como verbos que têm duplo particípio. “Geralmente, usa-se o particípio regular com os auxiliares *ser* e *estar*: *Eu tinha/havia imprimido o trabalho, mas o esqueci em casa*”. No capítulo II em, “Termos que aparecem na construção da oração I: o sujeito e sua relação com o verbo: tipos de sujeito, há uma abordagem do verbo *haver* na oração sem sujeito da seguinte forma: “Oração sem sujeito é aquela que traz um verbo impessoal e, portanto, o predicado não se refere a nenhum ser. Os verbos impessoais das orações sem sujeito são conjugados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são: Verbo *haver* com sentido de existir. *Havia um gato parado na esquina.* O verbo *haver* quando usado no sentido de existir deve ficar sempre na terceira pessoa do singular.

Mas atenção: o verbo existir não é impessoal, portanto, é conjugado normalmente. Exemplo: *Havia duas saídas de emergência no edifício. Existiam duas saídas de emergência*”.

As coleções trazem poucos exercícios de fixação, e geralmente são atividades baseadas na gramática normativa, em que os alunos apenas precisam relacionar o conteúdo aprendido às normas gramaticais, sem levar a uma reflexão de sentido do uso desses verbos na língua como observa-se nos exemplos abaixo:

- (26) Exercícios retirados da coleção “Singular & Plural” referente aos capítulos I e II da unidade 2.

Atividade retirada da página 252 – Capítulo I

Leia as tiras a seguir. Depois, responda às questões de 2 a 7.

Figura 3 – Tira 2 - Níquel Náusea (Fernando Gonsales)



Fonte: <https://brainly.com.br> > Ensino fundamental (básico) > Português

Questão 7 - Os participios que terminam com –ado ou –ido são chamados de regulares. Também existem os participios irregulares, que são mais curtos e têm terminações bem diferentes. Veja alguns exemplos:

- O cachorro havia aceitado as ordens do dono. (particípio regular)
- O cachorro foi aceito na matilha. (particípio irregular)
- Sally tinha limpado a tigela de Snoopy. (particípio regular)
- A tigela foi limpa por Sally. (particípio irregular)
- A polícia havia prendido o bandido. (particípio regular)
- O bandido fora preso pela polícia. (particípio irregular)

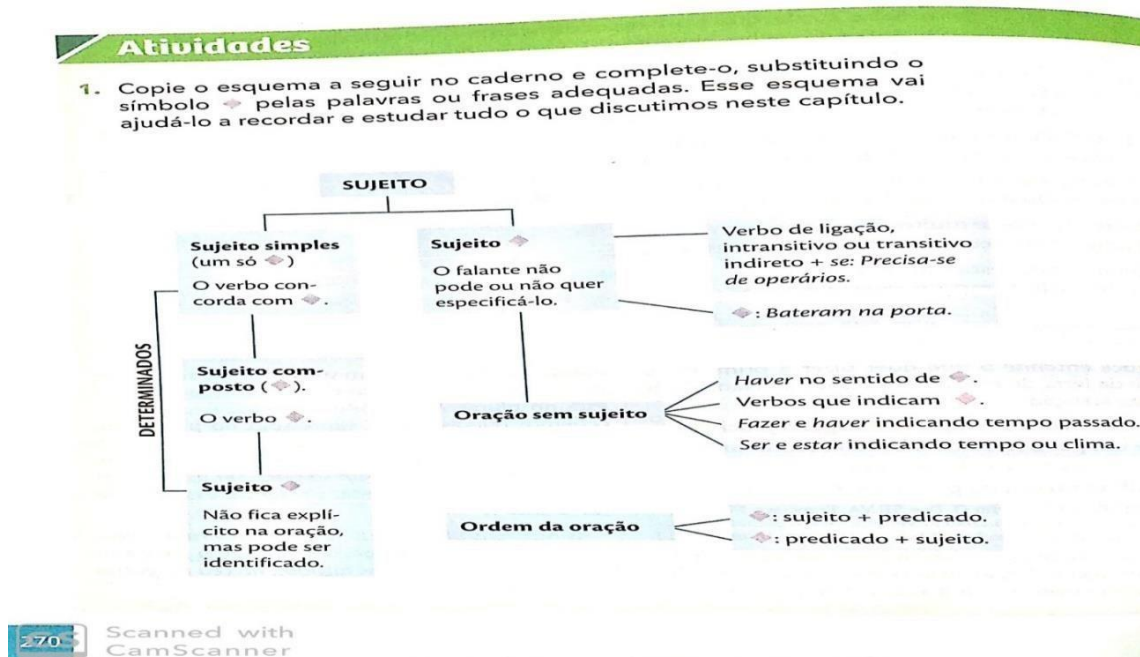
Na tira 2, para indicar sua desobediência, o cachorro poderia também ter dito, no último quadrinho: “Eu não estou morto”. Nesse caso, o participio continuaria a ser regular? Por quê?

Nessa atividade, observa-se que foram expostos alguns exemplos para que o aluno compreendesse a diferença entre o particípio regular e irregular. Por meio da tirinha o aluno poderia compreender a construção do particípio e que o verbo *ser* poderia ter sido usado sem o auxiliar.

Atividade página 270 - Capítulo II

Nessa atividade é pedido ao aluno que copie o esquema abaixo em seu caderno e que complete os símbolos de acordo com o que foi estudado sobre os tipos de sujeito. Observa-se que o exercício não leva a nenhuma reflexão sobre o uso da língua, e sim apenas uma transcrição do que a gramática normativa traz.

Figura 4 – Fragmento de livro didático



Fonte: Livro Didático de Língua Portuguesa

Embora a BNCC tenha o objetivo de aproximar alunos e professores de sua realidade linguística, os livros didáticos e a maioria dos professores de Língua Portuguesa não ensinam conforme as suas orientações. Ela apresenta a estrutura dos eixos, numa visão global de currículo, para ajudar o professor a programar e

desenvolver as atividades de sala de aula. Os eixos do componente curricular de Língua Portuguesa estão todos associados entre si.

A BNCC traz em seu componente de Língua Portuguesa, o ensino do português brasileiro, de forma atualizada e contextualizada para o ensino da norma padrão. Baseadas em suas Habilidades e Competências, ela traz uma proposta de ensino de gramática não apenas na memorização de regras, mas suas reais formas de uso de acordo com as práticas sociais. Em seu artigo 4.1.1, página 76, a BNCC traz para o ensino da Língua Portuguesa:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Com base nisso, cabe ao professor trabalhar as habilidades do uso da língua culta, independente, do material didático. Em relação ao ensino dos verbos *ter* e *haver*, o professor deve ir além do que está nos livros didáticos, uma vez que o emprego destes é muito comum até entre intelectuais, pois, até em jornais de circulação nacional, cujo público alvo possui maior escolaridade, isso é comum. Os livros didáticos devem ter uma abordagem maior e mais adequada, tanto em escolas públicas, quanto privadas.

Faz-se necessário o professor de Língua Portuguesa aprofundar a distinção do emprego desses verbos, uma vez que as avaliações como o ENEM os cobram de forma contextualizada.

Vide exemplos retirados do ENEM de 2011 (questão 129) e 2012 (questão 101)

ENEM2011 – Q.129

Há certos usos consagrados na fala, e até mesmo na escrita, que, a depender do estrato social e do nível de escolaridade do falante, são, sem dúvida, previsíveis. Ocorrem até mesmo em falantes que dominam a variedade padrão, pois, na verdade, revelam tendências existentes na língua em seu processo de mudança que não podem ser bloqueados em nome de um “ideal linguístico” que estaria representado pelas regras da gramática normativa. Usos como *ter* por *haver* em construções existenciais (*tem* muitos livros na estante), o do

pronome objeto na posição de sujeito (para *mim* fazer o trabalho), a não-concordância das passivas com *se* (*aluga-se* casas) são indícios da existência, não de uma norma única, mas de uma pluralidade de normas, entendida, mais uma vez, norma como conjunto de hábitos linguísticos, sem implicar juízo de valor.

(CALLOU, D. *Gramática, variação e normas*. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. (orgs). São Paulo: Contexto, 2007)

Considerando a reflexão trazida pelo texto a respeito da multiplicidade do discurso verifica-se que

- A) estudantes que não conhecem as diferenças entre língua escrita e língua falada empregam, indistintamente, usos aceitos na conversa com amigos quando vão elaborar um texto escrito.
- B) falantes que dominam a variedade padrão do português do Brasil demonstram usos que confirmam a diferença entre a norma idealizada e a efetivamente praticada, mesmo por falantes mais escolarizados.
- C) moradores de diversas regiões do país que enfrentam dificuldades ao se expressarem na escrita revelam a constante modificação das regras de emprego de pronomes e os casos especiais de concordância.
- D) pessoas que se julgam no direito de contrariar a gramática ensinada na escola gostam de apresentar usos não aceitos socialmente para esconderem seu desconhecimento da norma padrão.
- E) usuários que desvendam os mistérios e sutilezas da língua portuguesa empregam formas do verbo *ter* quando, na verdade, deveriam usar formas do verbo *haver*, contrariando as regras gramaticais.

Pode-se observar na questão acima, que independente do grau de escolarização do falante, a língua falada prevalece, pois há uma distância entre a escrita ditada pela gramática normativa e o uso real da língua.

ENEM 2012 Q.101

Entrevista com Marcos Bagno

Pode parecer inacreditável, mas muitas das prescrições da pedagogia tradicional da língua até hoje se baseiam nos usos que os escritores portugueses do século XIX faziam da língua. Se tantas pessoas condenam, por exemplo, o uso do verbo “ter” no lugar de “haver”, como em “hoje tem feijoada”, é simplesmente porque os portugueses, em dado momento da história de sua língua, deixaram de fazer esse uso existencial do verbo “ter”. No entanto, temos registros escritos da época medieval em que aparecem centenas desses usos. Se nós, brasileiros, assim como os falantes africanos de português, usamos até hoje o verbo “ter” como existencial é porque recebemos esses usos de nossos ex-colonizadores. Não faz sentido imaginar que brasileiros, angolanos e moçambicanos decidiram se juntar para “errar” na mesma coisa. E assim acontece com muitas outras coisas: regências verbais, colocação pronominal, concordâncias nominais e verbais etc. Temos uma língua própria, mas ainda somos obrigados a seguir uma gramática normativa de outra língua diferente. Às vésperas de comemarmos nosso bicentenário de independência, não faz sentido continuar rejeitando o que é nosso para só aceitar o que vem de fora.

Não faz sentido rejeitar a língua de 190 milhões de brasileiros para só considerar certo o que é usado por menos de dez milhões de portugueses.

Só na cidade de São Paulo temos mais falantes de português que em toda a Europa!

(Informativo Parábola Editorial, s/d.)

Na entrevista, o autor defende o uso de formas linguísticas coloquiais e faz uso da norma padrão em toda a extensão do texto. Isso pode ser explicado pelo fato de que ele:

- A) adapta o nível de linguagem à situação comunicativa, uma vez que o gênero entrevista requer o uso da norma-padrão.
- B) apresenta argumentos carentes de comprovação científica e, por isso, defende um ponto de vista difícil de ser verificado na materialidade do texto.
- C) propõe que o padrão normativo deve ser usado por falantes escolarizados como ele, enquanto a norma coloquial deve ser usada por falantes não escolarizados.
- D) acredita que a língua genuinamente brasileira está em construção, o que o obriga a incorporar em seu cotidiano a gramática normativa do português europeu.
- E) defende que a quantidade de falantes do português brasileiro ainda é insuficiente para acabar com a hegemonia do antigo colonizador.

Entende-se pelo enunciado da questão que a intenção era fazer uma crítica entre a contradição da tese do linguísta Marcos Bagno, na qual ele defende a linguagem coloquial utilizada pela maioria dos falantes do português brasileiro, e a linguagem usada por ele em sua entrevista à Parábola Editorial.

No entanto, como conhecedor da norma padrão do português brasileiro, Marcos Bagno utilizou-se na norma culta devido ao gênero textual e contexto linguístico exigido.

Diante do que foi exposto, a prática pedagógica deve ir além do que está nos manuais e livros didáticos. Os livros didáticos deveriam ter uma abordagem mais efetiva e aproximar o educando dos reais usos da língua, e não apenas trazer a norma padrão para cumprir o programa curricular. Eles deveriam levar o aluno a refletir sobre as variedades linguísticas, e valorizar essas diferenças.

Muitas avaliações cobram memorização e reprodução de conhecimento, porém, na Era do Google, não se faz necessário acumular informações, uma vez que é possível acessá-las conforme a necessidade. É importante que as avaliações levem o aluno a pensar e refletir sobre o que aprendeu o que torna a prática reflexiva no cotidiano pedagógico. Proposta de atividade para o 9º ano Ensino Fundamental:

Proposta de atividade para o 9º ano Ensino Fundamental:

Identifique e justifique a frase em que o verbo *ter* foi empregado em desacordo com a norma culta.

- 1) Os alunos têm que ler muito escrever bem.

- 2) O pai tem a obrigação de educar os filhos para respeitar os professores.
- 3) Tem muitos brasileiros que são analfabetos.

O exemplo abaixo é uma proposta de atividade para alunos do 3º Ano do Ensino Médio, em que estes a reflitam e valorizem os usos reais da língua.

Leia o poema abaixo para responder às questões de 01 a 03.

No meio do caminho
Carlos Drummond de Andrade

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

- 1) Carlos Drummond de Andrade, é um dos principais autores da segunda fase do Modernismo. Em seu poema “No meio no caminho”, ele faz uso de uma linguagem que está em desacordo com a norma padrão. Identifique-a e justifique porque está em desacordo com a gramática normativa.
- 2) Considerando que Drummond é um intelectual, ele poderia ter usado essa variação da língua em seu poema? Justifique sua resposta.
- 3) Com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um parágrafo dissertativo sobre as normas impostas pela norma padrão e os reais uso da língua.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo o estudo do emprego dos verbos *ter* e *haver* nas construções existenciais no português brasileiro, que foi abordado desde o seu percurso histórico até os dias atuais, o qual mostra que isso pode ocorrer não só por fatores linguísticos, como também por fatores sociais e geográficos.

Nota-se que o português brasileiro, como todo idioma, é uma língua viva e, portanto, está em constante transformação. No que se refere à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, essa mudança implementou o verbo *ter* possessivo em contextos existenciais, o que gerou uma preferência por *ter* sobre *haver* e existir o que favorece a implementação de construções existenciais com *ter* pessoal.

Ter é o verbo existencial canônico e sua sobreposição por *haver* ocorre desde o século XVI na Língua Portuguesa. Percebe-se, então, que na escrita acadêmica, devido aos manuais normativos e o contexto linguístico, o uso de *ter* é quase nulo e está associado ao fato destes condenar tal uso, por isso que a manutenção de *haver* na escrita é, sem dúvida, fruto do processo de escolarização. No entanto, até o indivíduo culto não o usa na fala, exceto em contextos bem restritos.

Os gramáticos optam por utilizar a linguagem coerente, que está dentro dos padrões da norma culta, pois a gramática normativa dita as leis para o uso correto da língua. Por isso, deve-se incluir o verbo *Ter* no grupo dos verbos impessoais, quando este estiver no sentido existir, assim como o verbo *haver*, pois independente do grau de escolaridade, a maioria dos brasileiros emprega o verbo *Ter* de forma impessoal. Isso, porque, embora, a gramática normativa apresente uma estrutura frasal em que todo verbo deve ter um sujeito comandando-o. Porém, o que se comprova, nesse trabalho, é que essa estrutura, muitas vezes não é considerada no ato da comunicação, nem da fala nem da escrita.

Com o estudo sobre a variação linguística é possível entender que ela ocorre em vários aspectos como o lexical, fonológico, morfológico, etc.. Assim o falante tem a liberdade de construir frases usando a inversão livre, por isso o uso de *ter* pessoal não sofre tal condenação, o que justificaria a realização dessas construções na escrita.

Em relação à análise dos livros didáticos, constata-se que, embora busquem textos atuais, costumam repetir a tradição em seus apêndices gramaticais, e não trazem a ocorrência de *ter* existencial, como também, não citam nenhum exemplo de exceções que podem ocorrer na língua. As aulas de Língua Portuguesa, em sua maioria, utilizam como recurso didático a gramática normativa e o livro didático, que se restringem ao uso padrão da língua, e não abordam a variação de *ter* sobre *haver* em construções existenciais. No entanto, faz-se necessário que o professor de Língua Portuguesa vá além do que está nos manuais e mostre aos alunos que a língua sofre variações, pois há diferenças entre as normas estabelecidas e o real uso da língua.

Portanto, o emprego de *ter* sobre *haver* em construções existenciais não é um fenômeno estigmatizado pela sociedade, e que seu uso é utilizado por falantes de diferentes níveis de escolarização sem causar preconceito linguístico e social.

Constata-se por fim que, o uso dos verbos que indicam existência segue as prescrições normativas ou não, pois na língua falada, até mesmo de falantes cultos, observa-se a substituição do verbo *haver* no sentido de existir pelo verbo *ter*. Com base nos estudos realizados, é possível afirmar que desde o seu percurso histórico até os dias atuais, a variação de *ter* e *haver* está condicionada por fatores tanto de ordem linguística quanto social.

Portanto, reafirma-se que no ensino da língua culta deve-se considerar a língua falada dos alunos, que constitui outra variedade para que este possa contextualizar o emprego adequado do verbo *ter* conforme os contextos da fala e da escrita.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de, **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 29ª.ed – 2000.

ANDRADE, De Andrade, **Macunaíma**, Livraria Martins Editora, 7ª edição, capítulo 7, página 95.

AVELAR, J. **De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de haver no português brasileiro**. Letras de Hoje, v. 41, n. 1, p. 49-74, 2006a.

AVELAR, J. **Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no PB 2005**. Disponível: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article>. Acesso em: 13 ago. 2019.

AVELAR, J; CALLOU, D. **Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro**. In: CASTILHO, A. et al.(Orgs.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro. São Paulo: Pontes, 2007. p. 375-402.

BNCC Na Prática: **Competências Gerais**. Capítulo 4.1.1, página 80. Disponível em: <https://cursos.novaescola.org.br/curso/12/competencias-gerais-na-bncc/resumo>. Acesso em: 16 julho 2019.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. **Estrutura Com Ter E Haver Em Anúncios Do Século XIX, Para A História Do Português Brasileiro**. Ed. Novos Estudos, p. 47-67, 2002.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. Preservação E Mudança Na História Do Português: De Possessivo A Existencial. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p.224-235, 2012. Disponível em: Acesso em: 25 jun. 2019.

CEGALLA, D. **Novíssima Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Nacional. 48ª ed.rev - 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ENEM 2011, 1ª aplicação, caderno azul, 1º dia, questão 101. ENEM 2011, 1ª aplicação, caderno azul, 1º dia, questão 129. ENEM 2012, 1ª aplicação, caderno amarelo, 1º dia, questão 130.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. **Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver**. Revista Delta, v. 14, n. especial, p. 105-131, 1998.

MACEDO, Rebeca Louzada. **Os Verbos Ter E Haver: História, Mudanças E Ensino Da Língua Portuguesa No Brasil**. 2015. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2017.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, Mercado de Letras, 1996, 75 p.

ROCHA LIMA, C. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

TRAVAGLIA, Carlos Luiz. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. **Aquisição E Variação dos Verbos Ter e Haver Existenciais No PB**. Vereda Atemática, Juiz de Fora, p.53-63.